

Programa gestão APG 2016

Diálogo APG

Novembro/2015

Índice

| | |
|--|----|
| 1. Assédio Moral na pós-graduação..... | 3 |
| 1.1. Por que devemos nos preocupar com isso?..... | 3 |
| 1.2. Nossas propostas..... | 3 |
| 1.3. Detalhamento das propostas..... | 3 |
| 2. Otimização da gestão do bandeirão..... | 4 |
| 2.1. Por que devemos nos preocupar com isso?..... | 4 |
| 2.2. Nossas propostas..... | 4 |
| 2.3. Detalhamento das propostas..... | 4 |
| 3. Permanência estudantil..... | 6 |
| 3.1. Por que devemos nos preocupar com isso?..... | 6 |
| 3.2. Nossas propostas..... | 6 |
| 4. Melhora dos serviços da Universidade via pós-graduação..... | 7 |
| 4.1. Por que devemos nos preocupar com isso?..... | 7 |
| 4.2. Nossas propostas..... | 7 |
| 4.3. Detalhamento das propostas..... | 7 |
| 5. Interação da pós-graduação com o setor produtivo..... | 8 |
| 5.1. Por que devemos nos preocupar com isso?..... | 8 |
| 5.2. Nossas propostas..... | 8 |
| 5.3. Detalhamento das propostas..... | 8 |
| 6. Integração da pós-graduação..... | 10 |
| 6.1. Por que devemos nos preocupar com isso?..... | 10 |
| 6.2. Nossas propostas..... | 10 |
| 7. Extensão universitária na pós-graduação..... | 11 |
| 7.1. Por que devemos nos preocupar com isso?..... | 11 |
| 7.2. Nossas propostas..... | 11 |
| 8. Regularização jurídica da APG..... | 12 |
| 8.1. Por que devemos nos preocupar com isso?..... | 12 |
| 8.2. Nossas propostas..... | 12 |

1. Assédio Moral na pós-graduação

1.1. Por que devemos nos preocupar com isso?

Devido às situações extremamente estressantes que passamos na graduação associado ao medo de perder a única forma de sustento, a bolsa, muitas vezes nós, pós-graduandos, aceitamos nos submeter a situações insalubres, humilhantes e/ou constrangedoras. A violência psicológica frequentemente passa despercebida nas relações sociais e de trabalho.

Pela própria condição frágil do pós-graduando em relação à bolsa e seu orientados, acreditamos que a APG deve atuar como um órgão independente, com poder representativo para levar denúncias, garantindo anonimato quando necessário, às CPG e/ou conselhos superiores para realizar investigações e acabar com os abusos.

1.2. Nossas propostas

- Criar uma cartilha educativa que ilustra situações de assédio moral/físico/sexual e com orientações de como realizar a denúncia
- Compor uma comissão permanente para denúncias de assédio, com representantes capazes de levar o problema às CPGs, diretorias e órgãos superiores, garantindo o anonimato do denunciante, quando requisitado.
- Trazer um profissional de assistência psicológica para o campus

1.3. Detalhamento das propostas

Iremos criar uma comissão independente, com o máximo de representantes possíveis das mais diversas etnias, sexualidades e gêneros (conversaremos com os coletivos e grupos de discussão específicos para isso) com a função de receber denúncias e debater a questão com os diretores e presidentes das CPGs, tendo o respaldo de uma entidade representativa reconhecida pela APG do campus.

Além disso, faremos uma página web para essa comissão como uma forma extra de receber denúncias anônimas e relatos, passando mais segurança para o estudante que se sentir intimidado pelo orientador ou pela estrutura política da pós-graduação.

Discutiremos também com os diretores sobre a possibilidade de trazer um psicólogo qualificado para o campus, ao menos 2 vezes por semana, como forma de avaliar a situação de stress e desconforto dos estudantes, dando mais qualidade de vida para estes. Acreditamos ser possível trazer profissionais do campus de Ribeirão Preto ou da UFSCAR para realizar este trabalho.

2. Otimização da gestão do bandejão

2.1. Por que devemos nos preocupar com isso?

Todos nós acompanhamos a recente redução do funcionamento do bandejão do campus, motivada pelo plano de aposentadoria voluntária e transferência de funcionários, associadas às condições insalubres de trabalho de uma cozinha desta proporção. Entretanto, no caso do restaurante universitário, a insalubridade é muito decorrente de má gestão, com pouco uso de equipamentos especializados.

Acreditamos que com uma otimização do sistema de gestão, que pode contar com a participação de pós-graduandos que tenham passado por experiências em cozinhas de grande escala e da engenharia de produção, é possível comprar equipamentos que reduzam a insalubridade e o número de funcionários mínimos necessários para que o restaurante entre em funcionamento, nem necessariamente envolver uma terceirização

Mesmo no caso da imposição pelo conselho do campus de uma terceirização do serviço, os pós-graduandos podem interferir positivamente no processo licitatório e de fiscalização, de forma a garantir melhora das condições de trabalho e dos alimentos, conforme experiências positivas ocorridas em outras Universidades (sem nos esquecermos das negativas, tampouco).

2.2. Nossas propostas

- Compra de equipamentos para redução da insalubridade/número de funcionários
- Melhora do sistema de acesso, possivelmente via convênio com pós-graduandos (veja proposta de melhora dos serviços da Universidade via pós-graduação)
- Fiscalização via grupo de trabalho para avaliação do restaurante (os membros desse grupo são independentes da chapa), já criado durante as discussões que culminaram na ocupação da prefeitura do campus
- Redução de custos via compra de alimentos originados de agricultura familiar

2.3. Detalhamento das propostas

As condições relatadas sobre as condições de trabalho do bandejão está longe do aceitável para uma Universidade. Há diversos restaurantes familiares no próprio entorno do campus, mesmo que com uma demanda reduzida em relação ao bandejão, que conseguem se manter, sem denúncias públicas de condições de insalubridade. Em um campus que contém uma unidade de Engenharia de Produção e a 1 quadra de distância do SEBRAE, que fornece orientação gratuita para empreendedores interessados em começar um negócio de restaurante, essas condições beiram o absurdo.

Propomos que sejam realizadas consultorias e otimização do trabalho utilizando o *know-how* dos docentes e pós-graduandos de engenharia de produção (Veja 4. Melhora dos serviços da

Universidade via pós-graduação) e aqueles que já tiveram experiência de trabalho em restaurantes para otimizar o serviço, fornecendo uma comida de maior qualidade com um menor custo de recursos humanos.

A própria comissão de trabalho já criada com o propósito de avaliar o restaurante, pode fiscalizar o trabalho da equipe responsável pela otimização da gestão e compra dos equipamentos, fornecendo relatórios públicos para a comunidade universitária e para o conselho gestor, que terá base para prestar contas aos órgãos superiores.

Acreditamos que a qualidade da comida seja responsabilidade do conselho gestor do campus. Proporemos a eles que, todos os dias, um dos membros do conselho gestor, deva provar a comida publicamente, antes que ela seja servida aos estudantes, como forma de fiscalização da qualidade.

3. Permanência estudantil

3.1. Por que devemos nos preocupar com isso?

Ao ingressar em um curso de pós-graduação, aceitamos o desafio de nos dedicar integralmente a um projeto de pesquisa. Embora as atividades que iremos desempenhar tenham os mesmos moldes de um emprego onde o contrato é o termo de outorga da bolsa, a pesquisa não é reconhecida como uma atividade laboril.

Com os últimos cortes de verba para a pós, torna-se cada vez mais difícil promover o interesse para a pesquisa na pós-graduação, dado que nem todo estudante que se dispõe a desenvolver pesquisa é contemplado com alguma modalidade de bolsa. Assim, sua permanência fica condicionada à sua disposição (ou sacrifício) em conciliar a pós com um emprego.

Aos contemplados com bolsa, a condição de dedicação exclusiva com carga de 40h semanais impõe um vínculo entre o aluno, o orientador e a agência de fomento de tal forma que ele não poderá desempenhar outra atividade para complementar renda. Além do impedimento formal para trabalhar em outra coisa, existe também um obstáculo intrínseco da própria pesquisa que é o tempo livre que o estudante dispõe para buscar outras fontes, pois muitas vezes o tempo trabalhando no projeto extrapola a carga horária oficial.

Infelizmente, o impasse no reajuste dos valores das bolsas é outra barreira à permanência estudantil na pós-graduação. Defasados há anos, as bolsas não acompanham a inflação, o que faz com que o poder de compra do estudante decresça continuamente.

Todos esses fatores somados levam a um desgaste emocional intenso, dado que o estudante efetivamente trabalha em sua pesquisa, mas não é reconhecido como trabalhador; seu tempo de dedicação é, muitas vezes, maior do que o instituído formalmente, o que leva à sobrecarga; o fruto de seus esforços - a bolsa - não garante sua qualidade de vida e não reflete sua dedicação para promover conhecimento em sua área.

3.2. Nossas propostas

- Expandir o alojamento para que os pós-graduandos sem renda possam se manter
- Discutir com o conselho do campus sobre a criação de bolsas de permanência estudantil para pós-graduandos

4. Melhora dos serviços da Universidade via pós-graduação

4.1. Por que devemos nos preocupar com isso?

Apesar da Universidade dispor de estudantes e docentes extremamente qualificados nas mais diversas áreas, que, após defesas, compõe cargos importantes de desenvolvimento no setor produtivo, frequentemente observamos serviços, tanto tecnológicos como de gestão, bastante ineficazes ou com problemas que a própria comunidade seria capaz de resolver, como, por exemplo, o controle de catracas e o controle de acesso do bandeirão.

Com a mesma verba que seria gasta em licitações de empresas terceirizadas (lembrando que em certos setores, há pouquíssimas empresas de fato qualificadas para os serviços exigidos), é possível que sejam realizados convênios com pós-graduandos e laboratórios, com um benefício sobre a bolsa de pesquisa e contagem de créditos, para que estes usem seu conhecimento qualificado em prol da comunidade.

Além da melhora dos serviços da comunidade, tais contratos servem de uma experiência real de mercado de trabalho para os pós-graduandos, que terão de resolver um problema real ou desenvolver um produto, inventivando o empreendedorismo e a inovação. Por tais características, tais contratos poderiam receber auxílio da Agência USP de Inovação.

4.2. Nossas propostas

Criação de convênios da Universidade com pós-graduandos e laboratórios para resolver problemas que empresas terceirizadas seriam contratadas para fazer. Lutaremos para que os contratos contenham os seguintes itens:

- Auxílio financeiro sobre o valor da bolsa, proporcional à complexidade do serviço
- Contagem de créditos pelo serviço realizado/produto desenvolvido

4.3. Detalhamento das propostas

No contexto da atual crise da USP, acreditamos que estes contratos terão o forte argumento sobre a administração de redução de custos, uma vez que a própria comunidade fazendo o serviço, menos papelada burocrática é necessária para validar estes contratos.

O mesmo dinheiro que seria investido em uma empresa terceirizada, muitas vezes de baixa qualidade, servirá como um complemento extra à já apertada bolsa de pós-graduação.

Além disso, sendo um serviço oficial, o estudante poderá colocar o trabalho em seu currículo como desenvolvimento de uma solução real à comunidade, que o beneficiará no futuro na busca de um emprego. Eventualmente, caso surjam soluções inovadoras do projeto, a Agência de Inovação pode fornecer um auxílio para transformar a ideia em um start-up dos próprios estudantes, além de gerar patentes.

5. Interação da pós-graduação com o setor produtivo

5.1. Por que devemos nos preocupar com isso?

Mesmo a pós-graduação possuindo um viés altamente acadêmico, muitos pós-graduandos tem a intenção de prosseguir com suas carreiras na iniciativa privada, seja como mão de obra altamente qualificada, seja pela via do empreendedorismo com as próprias empresas. Apesar disso, a barreira entre a Universidade e a sociedade, de uma forma geral, e com o setor produtivo, particularmente, é grande, devido à uma concepção de que a Universidade deve ser completamente independente na realização de suas pesquisas.

Concordamos parcialmente com tal concepção, não há país do mundo que possua forte desenvolvimento tecnológico e intelectual sem uma ciência de base forte. No entanto, acreditamos ser fundamental que a Universidade traga retornos à sociedade na forma de produtos e iniciativas inovadoras, além de fomentar tais atividades, assim como grandes centros de pesquisa como MIT, Harvard ou Stanford.

Sob esta ótica, propomos a regulamentação de consultorias "Freelancer" entre pós-graduandos e empresas privadas, que além do serviço servem como uma ponte de contatos no ramo. Além disso, acreditamos que a Universidade atue como incubadora de ideias inovadoras de estudantes, fornecendo infra-estrutura e apoio jurídico. As iniciativas incubadoras seriam julgadas por uma comissão que não possua vínculos diretos com os interessados, e então formulado um contrato que define a divisão de potenciais patentes. Tais iniciativas podem ser realizadas com apoio da Agência USP de Inovação.

5.2. Nossas propostas

- Regulamentação de consultorias "Freelancer" entre pós-graduandos e a iniciativa privada
- Apoio da Universidade na incubação de ideias inovadoras vindas de pós-graduandos
- Divulgação dos programas de bolsas de interação com a indústria, com o Doutorado Acadêmico Industrial (DAI) ou o Doutorado-Sanduíche Empresarial (SWI)

5.3. Detalhamento das propostas

Discute-se muito a entrada da iniciativa privada na Universidade, com o argumento que este capital externo ditaria os rumos da pesquisa científica. Por diversos exemplos ao redor do mundo, nós discordamos desse argumento. Acreditamos que com contratos bem feitos e claros (eles já existem, mas com pouca clareza, o que favorece mais a exploração e corrupção), ambos mundos podem coexistir.

Com apoio da agência de Inovação e de docentes com perfil empreendedor, acreditamos ser possível formalizar propostas que permitam o trabalho do estudante ligado à iniciativa privada sem ferir as regras de exclusividade da FAPESP e do CNPq, e flexibilizar as regras da CAPES.

A ciência tem um papel fundamental para transformar a sociedade, mas sozinha, ela é incapaz de mudança. O grande papel transformador vem das pessoas, das ações dos indivíduos e grupos organizados. É fundamental o incentivo ao pensamento empreendedor forte na população, trazendo não só a iniciativa privada para a Universidade, mas levar o senso científico para que as empresas invistam em setores de Pesquisa e Desenvolvimento, para criar um conhecimento tecnológico nacional.

6. Integração da pós-graduação

6.1. Por que devemos nos preocupar com isso?

Durante o desenvolvimento do nosso projeto, frequentemente nos isolamos na pesquisa e em leituras de artigos, atolados com um grande volume de trabalho. Entretanto, muitas vezes há pessoas próximas de nós, que trabalham justo com aquilo que precisamos, dispostas a ensinar, e nem ficamos sabendo!

Acreditamos na promoção de eventos científicos, de forma a unir as pessoas de áreas ou com interesses correlatos, tanto da graduação como da pós-graduação. Tal interação pode ser feita nos moldes dos "seminários de coisas legais" do ICMC, colocando o estudante para falar sobre qualquer tema que achar interessante. Com isso, novas colaborações entre estudantes se formarão, além de atrair possíveis estudantes de iniciação científica, quebrando a barreira que se forma na graduação do pós-graduando como alguém muito além.

6.2. Nossas propostas

- Promoção de seminários ministrados por pós-graduandos sobre temas do seu interesse
- Criar uma ponte de interação entre graduação <-> pós-graduação
- Criar uma cartilha de recepção aos pós-graduandos, com informações gerais e principais linhas de pesquisa dos institutos
- Manteremos a semana de recepção aos pós-graduandos, já realizada pela APG atual

7. Extensão universitária na pós-graduação

7.1. Por que devemos nos preocupar com isso?

Apesar da Universidade contar com o tripé Ensino/Pesquisa/Extensão, durante a pós-graduação, somos muito estimulados ao desenvolvimento de pesquisa, há um certo estímulo por bolsas de monitoria ao Ensino, mas há poucas iniciativas de extensão. Organização de eventos científicos ou de divulgação científica, palestras em escolas ou trabalho voluntário não são, em geral, considerados nos programas de pós-graduação.

Propomos que tais atividades possam contar créditos para o estudante, inclusive as de iniciativa do próprio estudante, como palestras de divulgação em escolas ou auxílio no desenvolvimento de material didático.

Além disso, conversaremos com as Empresas Jr. sobre a possibilidade que elas façam o intermédio de serviços de pós-graduandos para a comunidade, que podem ir desde gestão até otimização de sistemas computacionais.

7.2. Nossas propostas

- Contagem de créditos por atividades de extensão
- Atividades de iniciativa do próprio estudante sejam consideradas como extensão, dispensando a necessidade de editais.
- Intermédio das Empresas Jr. para serviços à comunidade
- Divulgação das bolsas de pós-doc da prefeitura

8. Regularização jurídica da APG

8.1. Por que devemos nos preocupar com isso?

Apesar de existir há alguns anos, nossa APG não está oficializada, não possuindo CNPJ nem um estatuto registrado em cartório. Tal situação reduz a força política de diálogo do órgão dentro da universidade, na participação de conferências de direitos dos pós-graduandos (por exemplo CONAP: <http://www.anpg.org.br/?p=9311>) e reduz os próprios meios de cobrança dos estudantes à associação, que não tem nenhum documento oficial para ser usado de base

Reformularemos o estatuto, que será referendado pela comunidade via votação online pelo sistema Helios, e oficializaremos a associação para todos os fins legais. Além disso, **todos** os documentos e contas da APG serão disponibilizados para consulta pública, com garantia de anonimato de nomes, quando necessário. Não há razão para não expor documentos oficiais da comunidade que ela se propõe a representar.

8.2. Nossas propostas

- Reformulação do estatuto, referendado pela comunidade via sistema de votação online
- Regularização da APG para fins legais
- Transparência total de documentos e financeira